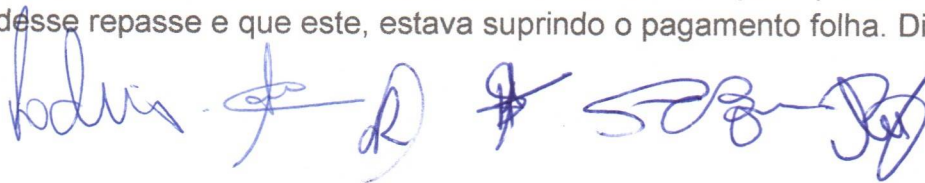
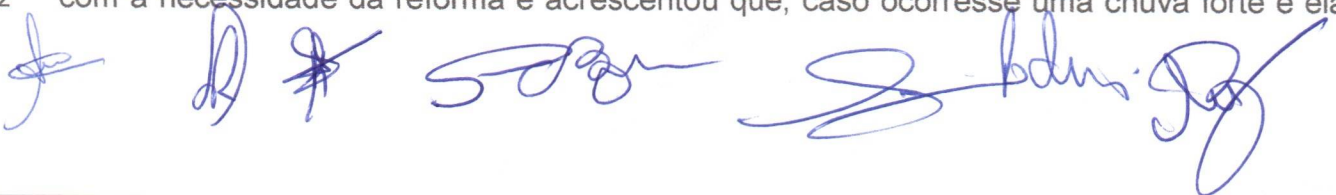


1 **ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO**

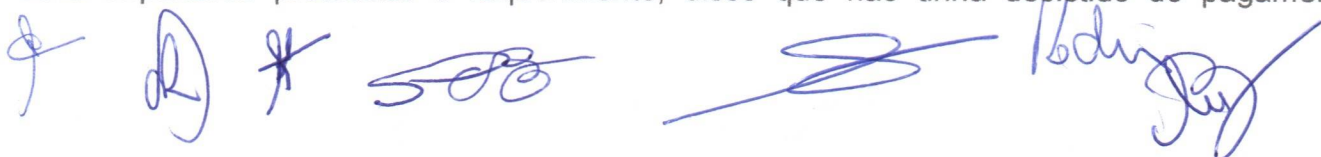
2 **FUNDEB.** Aos dezesseis dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um,
3 às quinze horas, reuniram-se na Secretaria Municipal de Educação, sito à Avenida das
4 Pitangueiras, novecentos e noventa e nove - Centro - Pitangueiras - SP, os membros nomeados
5 pelo Decreto Municipal quatro mil quatrocentos e quarenta e seis, de doze de abril de dois mil e
6 vinte e um, a saber: Kátia Silene Francisco, Tatiana Regina Baffi, Márcia Maria Bento, Paulo
7 César Bigai, Rodrigo de Oliveira, Daiara Cristina Fernandes, Rosilene de Cássia Piazzentini
8 Hermini, estavam presentes ainda, porém, como convidadas as Senhoras Marta Aparecida Costa
9 Stefani, Angélica Alves de Oliveira Silva, Elaine Soares Cardoso, Sonia Maria Caroni e Vanderly
10 Aparecida Mastrogiacomu Muniz - Secretaria Municipal de Educação, as Senhoras Elaine
11 Aparecida da Silva Souza e Marlene Moreira Pereira justificaram a ausência, os demais membros
12 não justificaram a ausência. A Senhora Kátia, presidente do Conselho, agradeceu a presença de
13 todos e iniciou dizendo que o motivo da reunião seria para sanar algumas dúvidas referentes às
14 possíveis sobras do repasse do FUNDEB. A Senhora Vanderly tomou a palavra dizendo que
15 gostaria de ouvir as dúvidas de todos os presentes. A Senhora Elaine pedindo a palavra fez os
16 seguintes questionamentos. Como que em um ano de pandemia, um município pequeno, como
17 Pitangueiras, gastou a maior parte do repasse, enquanto outras cidades maiores não
18 conseguiram atingir o percentual mínimo de setenta por cento, como foi gasto e com o que, para
19 atingir os setenta e três por cento, o que houve no meio tempo, em que poderia ser pago a licença
20 prêmio em outubro e agora não, se o FUNDEB vem para a valorização do profissional e teve um
21 aumento de dez por cento, o que se tem de previsão a partir de janeiro. Questionou ainda uma
22 possível queda na folha de pagamento, uma vez que não estão sendo pagos quinquênios e sexta
23 parte. E para finalizar perguntou a respeito da tabela de salário dos professores. Após ouvir a
24 todos, a senhora Vanderly respondeu de forma sequencial os questionamentos apresentados
25 pelos presentes, disse que, em relação as cidades maiores os repasses são maiores e que
26 provavelmente o que possa ter acontecido, não estavam previstos no orçamento desses
27 municípios um repasse maior, pois em anos anteriores os repasses eram menores do que os
28 previstos. Ela apresentou uma planilha do dia catorze de dezembro, com todos repasses mensais
29 do FUNDEB previsto na LOA - Lei Orçamentária Anual, referente aos anos de dois mil e vinte e
30 dois mil e vinte e um, dizendo que do ano de dois mil e vinte para dois mil e vinte e um, ocorreu
31 uma redução de novecentos e cinquenta e três mil, novecentos e quarenta reais e que iria iniciar o
32 ano de dois e vinte, sem esse repasse, disse também que, durante o ano de dois mil e vinte, não
33 ocorreu a redução na folha de pagamento, uma vez que os repasses eram menores, mostrando
34 na tabela os repasses e dizendo que todos os professores efetivos receberam seus salários em
35 dia, mesmo com repasse menor, disse que por várias vezes tiveram que anular alguns empenhos
36 para suprir a folha de pagamento dos professores, disse também que o gasto mensal com a
37 folha de pagamento é de aproximadamente dois milhões e que os repasses do FUNDEB
38 variavam mensalmente, entre um milhão e meio a dois milhões e meio, conforme a tabela
39 apresentada, dos quais os repasses não eram suficientes para o pagamento total da folha dos
40 professores, por se tratar de funcionários efetivos. Disse que ocorreram várias substituições e
41 mostrou as várias planilhas que iram ser pagas para professores contratados do processo
42 seletivo, pois era necessário suprir os que estavam em home office, continuou explicando que,
43 todo o repasse do FUNDEB nos anos anteriores eram comprometidos praticamente em cem por
44 cento com a folha de pagamento. Continuou dizendo que, em março de dois mil e vinte e um,
45 houve um aumento no repasse do FUNDEB, dos quais passou a receber dez por cento a mais
46 desse repasse e que este, estava suprimindo o pagamento folha. Disse também, que no decorrer do



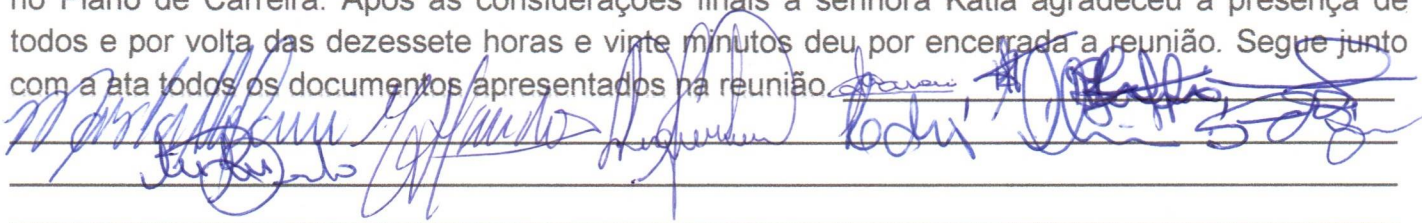
47 suprindo o pagamento folha. Disse também, que no decorrer do ano de dois mil e vinte, a
48 prefeitura teve dificuldades para realizar o pagamento dos salários, por se tratar de um ano de
49 pandemia e escassez de recursos, foi necessário fazer a complementação da folha de pagamento
50 com recursos próprios, dos quais os recursos do FUNDEB não eram suficientes para o
51 pagamento total da folha de pagamento dos professores. Esclareceu que os repasses previstos
52 podem ser mais ou menos, do que é previsto nos repasses do FUNDEB, disse que a previsão
53 para o ano de dois mil e vinte e um seria de vinte e quatro milhões. Esclareceu que era intenção
54 fazer o pagamento da licença prêmio, pois em outubro quando foi informada pelo o Senhor
55 Thiago Fontes, responsável pelo controle interno da prefeitura, que não havia atingido os gastos
56 com os professores em setenta por cento, apresentando um relatório dizendo que os gastos
57 estavam em sessenta e quatro por cento, e que tinha sido feito um apontamento pelo Tribunal de
58 Contas, dos quais sempre emitem alertas aos municípios quando o valor está abaixo dos setenta
59 por cento, que é o valor mínimo a ser gasto com os recursos do FUNDEB. Ela disse que quando
60 questionou esse relatório, o mesmo entrou em contato com a Senhora Patrícia Tedesco, na
61 contabilidade e constatou que faltava ser colocado os pagamentos de novembro, dezembro,
62 décimo terceiro e acerto dos professores contratados, assim juntos constaram que o município iria
63 atingir os setenta e três por cento do total do fundo. A senhora Márcia tomando a palavra
64 comentou que o tribunal de contas trabalha com atrasos, pelo fato de trabalharem com
65 documentos já finalizados e que a Câmara protocolou um documento na prefeitura, pois os alertas
66 recebidos pelo controle interno, também são enviados à Câmara Municipal. A Senhora Vanderly
67 esclareceu que procurou todas as instâncias possíveis dentro da prefeitura para poder realizar o
68 pagamento da licença prêmio aos professores, disse que foi orientada pela procuradora da
69 prefeitura, de que em função da Lei Cento e Setenta e Três de dois mil e vinte, ficaram proibidos
70 de realizar qualquer pagamento de abono aos servidores até trinta e um de dezembro de dois mil
71 e vinte e um, disse também que conforme o Tribunal de Contas, o pagamento tinha que estar
72 previsto na LOA. A senhora Sônia comentou que o município de Viradouro já havia pago aos
73 professores. Vanderly disse que conversou diretamente com o a secretária de educação de
74 Viradouro e que a mesma, informou que o município não pagava o piso salarial que não tinha
75 atingido os setenta por cento do gasto com os professores, estavam em cinquenta e cinco por
76 cento, disse que Pitangueiras além de pagar o piso salarial, iriamos atingir os setenta e três por
77 cento com os gastos com o magistério. A Senhora Vanderly detalhou mês a mês os valores dos
78 repasses do FUNDEB, na planilha entregue no início da reunião, destacou que até o dia quatorze
79 de dezembro, o repasse foi de vinte e dois milhões e que a previsão seria de vinte e quatro
80 milhões. A senhora Márcia tomando a palavra mostrou a documentação (anexo fl 04,05,06 e 07),
81 que ela havia trazido impresso e que foi retirado do site da transparência, que de acordo, com os
82 dados apresentados pela senhora Vanderly para análise, estavam divergentes. A senhora
83 Vanderly comentou que se conseguirem passar para o ano de dois mil e vinte e dois com o valor
84 do repasse de vinte e quatro milhões, eles estariam trabalhando com duas frentes de ações que
85 poderia trazer benefícios aos professores. Falou ainda sobre a importância das reformas das
86 unidades Escolares dentro dos trinta por cento restantes do FUNDEB, citou a Creche Maria
87 Preciosa, que precisava com muita urgência dessa reforma, que já haviam realizado a tomada de
88 preço, no valor de dois milhões trezentos e setenta e nove mil, trezentos e trinta e três reais e
89 quinze centavos e que iram iniciar a obra em dois mil e vinte e dois, falou também da necessidade
90 da reforma da escola Mário Rossin e da escola Waldomiro, do qual os recursos usados seriam
91 dos trinta por cento do FUNDEB. A senhora Rosilene aproveitando a fala da secretária concordou
92 com a necessidade da reforma e acrescentou que, caso ocorresse uma chuva forte e ela estaria



93 trabalhando na Unidade, iria protocolar na prefeitura um requerimento alertando a grande
94 necessidade da reforma da Creche. A Senhora Vanderly falou ainda do repasse da merenda
95 escolar, que não seria utilizado em sua totalidade, mas que o valor a ser devolvido não era de
96 novecentos mil como foi falado e sim aproximadamente duzentos e cinquenta mil, e que por ser
97 recurso de convenio com o estado, deveriam fazer a devolução, disse que o valor não foi gasto na
98 sua totalidade porque foi planejado e reservado para o possível retorno presencial de todos os
99 alunos da rede municipal e estadual. Disse também que o município em contrapartida teria que
100 fazer o fornecimento da merenda pronta na cozinha piloto, o transporte e cozinheiras para todas
101 as unidades estaduais, convênio este, que não traria benefícios para o município em função da
102 contrapartida. As Senhoras Angélica e Tatiana, disseram que referente a merenda escolar,
103 algumas notas ainda precisavam ser lançadas, explicaram que Angélica esteve juntamente com
104 Vanderly na prefeitura para analisar os dados que lhes foram passados e puderam observar que
105 várias notas estavam com o lançamento atrasado. As Senhoras Márcia e Rosilene, disseram que
106 o site deve ser atualizado para que não ocorra divergências. A senhora Vanderly falou que as
107 tabelas, as quais foram questionadas o achatamento já haviam sido protocoladas na prefeitura
108 desde o início de 2020, pois, havia na época uma comissão de análise e estudos e que na
109 reunião do CME, foram citadas as tabelas e a necessidade de correção das mesmas. Vanderly
110 sugeriu que as tabelas do magistério fossem protocoladas para análise e impacto novamente
111 após a divulgação do valor do piso salarial para o ano de dois mil e vinte e dois, falou ainda de
112 fazer uma Portaria para criar novamente uma Comissão de estudo do Plano de Carreira e das
113 tabelas. A senhora Márcia disse que em dois mil e vinte os profissionais perderam oito por cento
114 de reajuste e quatro por cento em dois mil e vinte e um, totalizando doze por cento, como a
115 justificativa para que não houvesse esse reajuste foi a Lei Complementar número cento e setenta
116 e três, que vigora até trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e um, as tabelas que seriam
117 protocoladas nesse momento, seriam referentes as perdas e mais o reajuste. Vanderly explicou
118 que quando se envia esse tipo de solicitação para o impacto é necessário parar a contabilidade
119 da prefeitura para que tudo possa ser analisado minuciosamente, e fazendo desta forma seria
120 necessário realizar este mesmo trabalho duas vezes, o que demandaria muito mais tempo. A
121 senhora Márcia disse que em dois mil e vinte, vieram de repasse dezoito milhões e que já no
122 terceiro trimestre já haviam sido recebidos dezessete milhões. Rosilene disse que na Unidade em
123 trabalha não estava ocorrendo substituições, pois em alguns dias houve falta de até seis
124 professores e ninguém foi chamado para substituição, que se caso ocorresse o mesmo nas
125 demais unidades, como justificaria o aumento na folha de pagamento. Vanderly explicou
126 novamente em resposta a pergunta da senhora Rosilene, que não foi necessário chamar
127 professores em determinadas unidades, pois o número de alunos era baixo, sendo desnecessário
128 ter esse gasto público, disse que ocorreu sim substituições em várias unidades escolares e que
129 não interferia no total da folha de pagamento, uma vez que tinha que fazer o pagamento total dos
130 efetivos. Falou também que o dinheiro do PNAE será reprogramado e o dinheiro do Convênio
131 com o estado seria devolvido. Rosilene ao final disse que peio que eia pôde entender, é que as
132 divergências ocorridas estão entre o site da transparência e dos valores trazidos pela secretária.
133 A senhora Márcia sugeriu ao conselho que fosse protocolado na prefeitura uma solicitação de
134 esclarecimentos referente as divergências observadas entre o site da transparência e os extratos
135 apresentados pela secretária, requerimento este, que foi redigido pela mesma em comum acordo
136 com o grupo e que seria digitado posteriormente juntamente com a ata da reunião, para que os
137 membros presentes pudessem assinar e protocolar na prefeitura. A senhora Vanderly disse que
138 seria importante protocolar o requerimento, disse que não tinha desistido do pagamento da



139 licença prêmio, que estava esperando terminar o ano de dois mil e vinte e um, assim seria
140 revogada da Lei Cento e Setenta e Três de dois mil e vinte, disse também que teríamos o valor
141 do piso salarial do magistério e assim, poderiam retornar as reuniões para as possíveis mudanças
142 no Plano de Carreira. Após as considerações finais a senhora Kátia agradeceu a presença de
143 todos e por volta das dezessete horas e vinte minutos deu por encerrada a reunião. Segue junto
144 com a ata todos os documentos apresentados na reunião.

145  146
147
148
149
150
151

Requerimento

Os membros do Conselho do FUNDEB, vem por meio deste, REQUERER esclarecimentos a respeito do saldo de recursos recebidos do FUNDEB / Exercício 2021 do site transparência (Planilha em anexo, consulta 14/12/2021) divergir do saldo apresentado pela Secretaria Municipal de Educação. Requer ainda, informações a respeito da valorização dos professores em virtude dos recursos serem maiores previstos pela Lei do Novo FUNDEB (Lei 14113 de 25 de dezembro de 2020). Qual é o Plano de Valorização dos Profissionais da Educação?

Requer, ainda, esclarecimentos com descrição detalhada da folha de pagamento mensal, com encargos, uma vez que os membros assinam o valor líquido e o valor considerado, em torno de R\$ 2.113.000,00 bruto.

Nestes termos, pede deferimento ao requerido.

Pitangueiras, 16 de dezembro de 2021.

